

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Área Requisitante: Diretoria Executiva

Responsável pela elaboração: Estefânia Gomes de Souza

Objeto:

1.1 - Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de licença de uso de sistema de publicações oficiais, informativos, controle de processos internos e atendimento ao cidadão, disponibilizado em sítio eletrônico gerenciável por meio de painel administrativo, incluindo:

- Migração de dados do portal atualmente utilizado;
- Capacitação e treinamento dos usuários indicados pelo PREVIJOP;
- Hospedagem do sistema;
- Manutenção corretiva, preventiva e evolutiva;
- Suporte técnico contínuo;
- Desenvolvimento de melhorias evolutivas, conforme necessidade institucional.

É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços.

1.2 Serviços de Hospedagem de Correio Eletrônico Institucional

Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de hospedagem de contas de e-mail governamentais ilimitadas, observada a capacidade do espaço contratado, incluindo:

- Disponibilização de painel administrativo para gestão dos e-mails institucionais;
- Criação, exclusão e alteração de senhas das contas de e-mail;
- Garantia de segurança, disponibilidade e integridade das comunicações eletrônicas.

É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços relacionados à hospedagem e gestão das contas de e-mail governamentais.

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e apresenta os estudos técnicos necessários à contratação de solução tecnológica capaz de atender às demandas institucionais do PREVIJOP.

O objetivo principal deste Estudo Técnico Preliminar é analisar detalhadamente as necessidades do PREVIJOP quanto à gestão de publicações oficiais, processos internos, atendimento ao cidadão, comunicação institucional e correio eletrônico, bem como identificar, no mercado, soluções tecnológicas que atendam a tais necessidades de forma integrada, segura, eficiente e em conformidade com as normas legais vigentes.

Busca-se, ainda, garantir a contratação de serviços que assegurem a continuidade das atividades administrativas, a transparência pública, a segurança da informação e a padronização dos sistemas utilizados pelo Instituto, observando-se os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Instituto PREVIJOP necessita contratar solução tecnológica integrada para suporte às suas atividades institucionais, contemplando a publicação de atos administrativos e informativos oficiais, a gestão de processos internos, o atendimento ao cidadão e a comunicação institucional por meio de sítio eletrônico oficial.

A necessidade decorre da demanda por ferramentas modernas, seguras e eficientes que permitam o cumprimento das obrigações legais de transparência, publicidade e acesso à informação, bem como a melhoria da organização administrativa e da prestação de serviços aos segurados e à sociedade. A solução a ser contratada deverá possibilitar a centralização das informações institucionais em ambiente digital único, com gerenciamento facilitado, estabilidade operacional e segurança da informação.

Adicionalmente, faz-se necessária a contratação de serviços de hospedagem de correio eletrônico institucional, de modo a garantir comunicações oficiais confiáveis, contínuas e protegidas, assegurando a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade das informações tratadas pelo PREVIJOP.

1.1 - JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO DEMANDADA:

A contratação justifica-se, primordialmente, pela necessidade de adequação do PREVIJOP às exigências legais e normativas que regem a Administração Pública, especialmente no que se refere ao dever constitucional de publicidade dos atos administrativos, à transparência da gestão e ao acesso à informação pelos cidadãos.

A inexistência, ou inadequação, de solução tecnológica integrada compromete a eficiência administrativa, dificulta o controle de processos internos, fragiliza a segurança da informação e limita os canais de comunicação institucional com os segurados e a população em geral. Ademais, o crescente volume de informações digitais e a ampliação das demandas por serviços eletrônicos exigem sistemas que assegurem desempenho adequado, disponibilidade contínua e conformidade com padrões atuais de tecnologia da informação.

Ressalta-se, ainda, que o PREVIJOP não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais especializados nas áreas técnicas necessárias para o desenvolvimento, manutenção, hospedagem, segurança e evolução contínua de portal institucional, sistemas correlatos e serviços de correio eletrônico. Dessa forma, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a alternativa mais eficiente, segura e economicamente viável para atendimento das necessidades institucionais.

Por fim, a adoção de solução tecnológica adequada contribui para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados, para o fortalecimento da imagem institucional do PREVIJOP e para a mitigação de riscos legais, operacionais e reputacionais decorrentes do uso de sistemas inadequados ou obsoletos.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

Os itens demandados não constam do Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do PREVIJOP, uma vez que a necessidade de contratação não estava prevista à época da elaboração do referido plano.

Ressalta-se, contudo, que a contratação se encontra devidamente alinhada ao planejamento institucional, estando amparada por dotação orçamentária específica no Orçamento Fiscal, bem como compatível com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual – PPA, não havendo prejuízo ao equilíbrio orçamentário-financeiro do Instituto.

A inclusão da presente demanda justifica-se em razão da necessidade superveniente de adequação dos processos administrativos, da comunicação institucional e do atendimento às exigências legais relacionadas à transparência, publicidade dos atos administrativos, segurança da informação e acesso aos serviços públicos em meio digital.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DO FORNECIMENTO

3.1 Requisitos Técnicos:

a) Experiência Técnica:

A empresa deverá comprovar experiência anterior na prestação de serviços técnicos especializados em fornecimento de licença de uso de sistemas informatizados, portais institucionais, publicações oficiais eletrônicas, gestão de conteúdos, processos internos e/ou serviços de correio eletrônico institucional, demonstrando capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação.

b) Qualidade e robustez da solução:

A solução tecnológica deverá apresentar qualidade comprovada, com arquitetura estável, segura e compatível com o uso contínuo em ambiente institucional, assegurando disponibilidade, desempenho adequado, escalabilidade e proteção das informações.

c) Conformidade técnica e legal:

O sistema e os serviços contratados deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis à tecnologia da informação, segurança da informação e desenvolvimento web, bem como atender às exigências legais vigentes, especialmente aquelas relacionadas à transparência pública, acessibilidade digital, proteção de dados pessoais e publicidade dos atos administrativos, conforme especificações definidas no Termo de Referência.

d) Implantação e operacionalização:

A contratada será responsável pela implantação completa da solução, incluindo a migração dos dados do portal atualmente utilizado, configuração do sistema, disponibilização do ambiente de hospedagem, ativação dos serviços de correio eletrônico institucional e demais ajustes necessários para o pleno funcionamento da solução, entregando-a em condições adequadas para uso imediato.

3.2 Obrigações do Fornecedor

Será exigido da empresa contratada:

e) Cumprimento dos prazos:

A implantação da solução, incluindo migração de dados, configuração do sistema e disponibilização dos serviços contratados, deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência e na ordem de início dos serviços.

f) Suporte técnico e manutenção:

A contratada deverá prestar suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual, bem como realizar manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do sistema, assegurando a estabilidade, a atualização e o adequado funcionamento da solução.

g) Capacitação e treinamento:

Deverá ser fornecida capacitação e treinamento aos usuários indicados pelo PREVIJOP, garantindo autonomia na gestão do portal institucional, dos conteúdos publicados e dos serviços disponibilizados.

h) Comprovação de capacidade técnica:

Será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica ou documentos equivalentes que comprovem experiência anterior compatível com o objeto contratado, a critério do PREVIJOP.

3.2 Regularidade Fiscal – Documentação obrigatória:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

d) prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

e) prova de regularidade com o Fundo de **Garantia do Tempo de Serviço** (FGTS);

f) prova de inexistência de **débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g) prova de **inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

g.1) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

g.2) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

h) outros documentos e declarações constantes do Termo de Referência se for o caso;

3.3 Requisitos Operacionais

a) Disponibilização da solução:

A solução tecnológica deverá ser disponibilizada em ambiente seguro, estável e com alta disponibilidade, acessível por meio de navegador web, sem necessidade de instalação local.

b) Hospedagem e correio eletrônico institucional:

A contratada deverá fornecer hospedagem adequada ao sistema e aos serviços de correio eletrônico institucional, assegurando segurança, integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações e comunicações oficiais.

c) Continuidade e confiabilidade dos serviços:

A contratada deverá assegurar a continuidade dos serviços contratados durante toda a vigência contratual, adotando medidas preventivas para evitar indisponibilidades, falhas ou perda de dados.

d) Correções e ajustes:

Eventuais falhas, inconsistências ou não conformidades identificadas durante a execução contratual deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional para o PREVIJOP.

e) Suporte pós-implantação:

A contratada deverá manter suporte técnico ativo após a implantação da solução, prestando atendimento às demandas operacionais e orientando os usuários quanto ao uso adequado do sistema e dos serviços de correio eletrônico.

4 – DESCRIÇÃO DETALHADA DE QUANTIDADES E PREÇO MÉDIO DE MERCADO

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01	OBJETO: Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de licença de uso de sistema de publicações oficiais, informativos, controle de processos internos e atendimento ao cidadão, em sitio eletrônico gerenciável por painel administrativo, incluindo, migração de dados do portal atual, capacitação dos usuários, hospedagem manutenção, suporte e desenvolvimento de melhorias evolutivas. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do serviço. Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de hospedagem de ilimitadas contas de e-mail governamentais com base no espaço contratado. Para gestão dos e-mails, é indispensável a disponibilização de painel de gestão para criação, exclusão e mudança de senhas dos e-mails. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do serviço.	UN	12	R\$516,66	R\$6.199,00

Obrigações da Contratada

A contratada deverá comprovar, quando convocada, por meio de Prova de Conceito (Item que será descrito no Termo de Referência - TR), que a solução ofertada atende integralmente aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos no Termo de Referência.

A Prova de Conceito será realizada após a fase de habilitação, mediante convocação da empresa provisoriamente vencedora, em prazo definido pela Administração, podendo ocorrer de forma presencial ou remota, a critério do PREVIJOP, com o objetivo de verificar o efetivo atendimento às funcionalidades exigidas.

Para fins de avaliação, a contratada deverá disponibilizar sistema ou portal em ambiente de testes, com acesso ao painel administrativo, permitindo à equipe técnica do PREVIJOP realizar simulações práticas de uso, com base em situações reais de operação.

A solução apresentada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos obrigatórios:

- Conformidade integral com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), incluindo política de cookies, termos de uso e aviso de privacidade personalizáveis;
- Atendimento à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), com recursos de acessibilidade digital, tais como ajuste de fontes, contraste, tradução em Libras, atalhos de teclado, leitura de conteúdo e mapa do site;
- Disponibilização de portal responsivo, acessível por múltiplos dispositivos, sem necessidade de instalação de aplicativos;
- Sistema com painel administrativo seguro, incluindo autenticação em duas etapas;
- Ferramentas de gestão de conteúdo, publicações oficiais, notícias, legislação, licitações, contratos, contas públicas, concursos e processos seletivos;
- Funcionalidades de ouvidoria, SIC, protocolo eletrônico e agendamento de serviços;
- Módulos de participação cidadã, como enquetes, audiências públicas online e avaliação de serviços;
- Relatórios gerenciais e estatísticos de acesso, uso do sistema e satisfação dos usuários;
- Registro de logs de auditoria, com rastreabilidade das ações realizadas no sistema;
- Possibilidade de personalização visual e estrutural do portal, incluindo layout, menus, banners e identidade institucional;
- Disponibilização de suporte técnico, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva durante toda a vigência contratual;
- Capacitação dos usuários indicados pelo PREVIJOP, com disponibilização de materiais de apoio e videoaulas.

O não atendimento aos requisitos mínimos durante a Prova de Conceito implicará a desclassificação da proposta, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto no Termo de Referência

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Foram realizadas pesquisas de preços junto a empresas especializadas na prestação de serviços de fornecimento de sistemas eletrônicos para gestão de portal institucional, publicações oficiais, controle de processos internos e atendimento ao cidadão, considerando a complexidade técnica do objeto e a necessidade de atendimento integral às exigências legais e funcionais descritas no Estudo Técnico Preliminar.

A pesquisa contemplou empresas com atuação no mercado de soluções tecnológicas para a Administração Pública, tendo em vista a inexistência de fornecedores locais que atendessem, de forma simultânea, às especificações técnicas, aos requisitos legais, à segurança da informação, à acessibilidade digital e à capacidade de suporte contínuo exigidos para a contratação.

As empresas consultadas apresentaram propostas comerciais detalhadas, contendo a descrição da solução ofertada, funcionalidades disponíveis, infraestrutura de hospedagem, condições de suporte técnico, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, bem como prazos de implantação, capacitação de usuários e valores envolvidos.

O objetivo do PREVIJOP é assegurar a contratação de uma solução tecnológica moderna, segura, funcional e legalmente adequada, que promova a transparência, amplie o acesso à informação, fortaleça a comunicação institucional e atenda às demandas administrativas e da população, garantindo a continuidade do serviço durante toda a vigência contratual.

Critérios considerados para seleção:

A) Capacitação Técnica e Experiência

A empresa deve comprovar experiência na prestação de serviços de desenvolvimento, fornecimento, implantação e manutenção de sistemas para portais institucionais e soluções digitais voltadas à Administração Pública, demonstrando domínio técnico compatível com a complexidade do objeto.

B) Conhecimento Técnico da Solução Ofertada

Foi avaliado o grau de aderência da solução apresentada aos requisitos funcionais e tecnológicos definidos no ETP, bem como o conhecimento demonstrado pela empresa acerca das normas legais aplicáveis, especialmente no que se refere à transparência pública, LGPD, acessibilidade digital, SIC, ouvidoria e publicações oficiais.

C) Qualidade Técnica da Solução

A solução ofertada deve contemplar arquitetura estável, painel administrativo completo, segurança da informação, controle de acessos, registro de logs, usabilidade, acessibilidade, responsividade e possibilidade de evolução tecnológica, assegurando desempenho adequado e confiabilidade no uso institucional.

D) Suporte Técnico, Manutenção e Capacitação

Foram avaliadas as condições de suporte técnico contínuo, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, bem como a oferta de capacitação e treinamento dos usuários indicados pelo PREVIJOP, garantindo autonomia na gestão do portal e dos sistemas contratados.

E) Preço e Vantajosidade Econômica

Os valores apresentados foram analisados com base na compatibilidade com os preços praticados no mercado, considerando todos os custos diretos e indiretos envolvidos, incluindo licença de uso do sistema, hospedagem, suporte técnico, manutenção e capacitação, de modo a assegurar a economicidade da contratação.

F) Critério de Escolha da Proposta

Foi considerada mais vantajosa a proposta que apresentou menor preço global, aliada ao pleno atendimento aos requisitos técnicos e funcionais, melhor aderência às necessidades institucionais do PREVIJOP, qualidade da solução ofertada e maior segurança quanto à execução contratual.

Cálculo do preço médio:

Com base nos orçamentos obtidos junto às empresas consultadas, foi calculado o preço médio de mercado para a contratação da solução tecnológica pretendida. Esse valor serviu como referência para a análise da vantajosidade das propostas apresentadas.

A empresa selecionada foi aquela que apresentou o menor preço dentre as propostas válidas, associado à melhor proposta técnica, maior aderência aos requisitos do Estudo Técnico Preliminar, domínio do objeto, experiência comprovada e condições adequadas de suporte e manutenção, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades do PREVIJOP.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado para a contratação da solução tecnológica, compreendendo o fornecimento de licença de uso de sistema informatizado, migração de dados do portal atualmente utilizado, hospedagem, suporte técnico contínuo, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, bem como capacitação e treinamento dos usuários indicados pelo PREVIJOP, foi estimado o valor da média em de R\$ 6.199,00 (seis mil e cento e noventa e nove reais), conforme pesquisa de preços realizada junto a fornecedores especializados, cujos valores se mostraram compatíveis com os praticados no mercado.

Justificativa da escolha do fornecedor:

A contratação será realizada por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da contratação se enquadra no limite legal estabelecido para serviços comuns.

A escolha do fornecedor fundamenta-se na vantajosidade da proposta apresentada, a qual demonstrou menor preço global, aliada ao pleno atendimento aos requisitos técnicos, funcionais e operacionais definidos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

Além do critério econômico, foram considerados fatores técnicos relevantes, tais como:

- experiência comprovada na prestação de serviços similares para a Administração Pública;
- domínio técnico da solução ofertada;
- capacidade de atendimento às exigências legais de transparência, acessibilidade, segurança da informação e proteção de dados;
- condições adequadas de suporte técnico, manutenção e continuidade dos serviços.

A proposta selecionada revelou-se, portanto, a mais vantajosa para a Administração, atendendo de forma integral às necessidades institucionais do PREVIJOP, assegurando eficiência, economicidade, segurança e conformidade legal na execução do objeto.

7 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação da solução tecnológica proposta, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- Assegurar a disponibilização de informações públicas de forma clara, acessível, organizada e permanentemente atualizada, promovendo o controle social, a transparência administrativa e a adequada prestação de contas à sociedade.

- Disponibilizar e manter portal institucional intuitivo, funcional e acessível, observando as diretrizes de acessibilidade digital e inclusão, de modo a garantir o acesso aos serviços e informações públicas por todos os cidadãos, inclusive pessoas com deficiência, em conformidade com a legislação vigente.
- Proporcionar navegação simples, rápida e eficiente, com foco na usabilidade e na experiência do usuário, facilitando o acesso às informações e serviços disponibilizados pelo PREVIJOP.
- Garantir a atualização contínua do conteúdo do portal, em tempo real ou dentro dos prazos legais e administrativos estabelecidos, assegurando a confiabilidade, integridade e tempestividade das informações publicadas.
- Viabilizar a capacitação e o treinamento dos servidores responsáveis pela gestão do portal, assegurando autonomia institucional, correta utilização do sistema e continuidade dos serviços, sem dependência excessiva de suporte externo.

Como resultado final, disponibilizar solução tecnológica segura, estável, legalmente adequada e eficiente, capaz de fortalecer a comunicação institucional, ampliar a transparência pública e atender plenamente às exigências legais de publicidade e acesso à informação.

8 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (CONCLUSÃO)

Considerando a necessidade identificada, os resultados esperados com a modernização e ampliação dos serviços digitais institucionais, a compatibilidade com os recursos orçamentários disponíveis e a análise técnica realizada, declara-se viável a contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução tecnológica, contemplando licença de uso de sistema, hospedagem, manutenção, suporte técnico e capacitação de usuários, destinados ao atendimento das demandas institucionais do PREVIJOP, nos termos definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

João Pinheiro/MG, 21 de Janeiro de 2026.

Estefânia Gomes de Souza
Equipe de Apoio Contratação do PREVIJOP